

O REGIME DE ACUMULAÇÃO INTEGRAL: TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E NO LAZER

Felipe Mateus de Almeida*

Introdução

Com a crise do pós-guerra instaurada no período entre 1960 e 1970 e o processo de reestruturação produtiva e de internacionalização do capital, as políticas sociais keynesianas e o Estado Integracionista entram em crise e, como consequência desse processo, o fordismo também sofre uma crise, passando por uma série de mudanças que darão origem a um novo regime de acumulação.

Viana (2009; 2015) denomina esse novo regime de acumulação de regime de acumulação integral. Esse, assim como os regimes de acumulação que o antecederam, surge como uma alternativa do capital para combater a crise e a queda da taxa de lucro médio, o que envolve não só o desenvolvimento de uma nova forma de organização científica do trabalho, mas também uma nova forma de Estado e uma nova forma de expansão internacional do capital.

Nesse artigo, pretendemos fazer uma análise sobre o regime de acumulação integral e as transformações no trabalho e no lazer, demonstrando como na contemporaneidade, o modo de produção capitalista tem criado relações de trabalho cada vez mais precarizadas e intensificadas através de seus mecanismos de atuação, tendo como base uma forma estatal que ataca e retira direitos da classe operária e de outras classes inferiores, favorecendo, assim, o processo de obtenção de lucro da classe burguesa através da extração de mais-valor.

Inserido nesse processo está o lazer, que em tempos de acumulação integral, assim como as demais relações sociais e práticas desenvolvidas na sociedade capitalista, encontra-se em constante processo de burocratização e mercantilização.

É nesse contexto que surge o toyotismo, responsável por um processo de extração de mais-valor absoluto e relativo que aprofunda a precarização e a intensificação do trabalho. No regime de acumulação integral também há o surgimento do Estado neoliberal, uma forma de Estado na qual há um ataque direto às conquistas e direitos dos trabalhadores, sobretudo aqueles garantidos à época do Estado integracionista e, além disso, surge o neoimperialismo, responsável pelo aprofundamento da expansão do capital

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás/UFG.

internacional e, conseqüentemente, o aumento da exploração dos países de capital subordinado.

Toyotismo e neoliberalismo: o cotidiano da classe operária

O toyotismo tem como um dos seus principais idealizadores o engenheiro Taiichi Ohno. Essa forma de organização científica do trabalho ganhou esse nome porque suas primeiras experiências e, conseqüentemente, a sua implantação, foram realizadas na fábrica da Toyota no Japão. Nessa nova forma de se organizar o trabalho, ocorre um processo de descentralização do processo produtivo, dando lugar a um conjunto de pequenas empresas que formam uma rede de fornecimento de peças e elementos que são utilizados em grandes núcleos centrais, núcleos esses que possuem tecnologia avançada e poder de barganha com seus fornecedores (HELOANI, 2003).

O regime de acumulação integral surgiu em um contexto bem diferente do fordismo e do regime de acumulação no qual essa forma de organização científica do trabalho estava inserida. Enquanto o fordismo germinou dentro de uma acumulação de capital que estava em crescimento, onde se tinha um mercado consumidor externo e interno que se encontrava em constante processo de expansão, o toyotismo nasce em uma época de crescimento lento, tendo um mercado interno que “se por um lado visava o consumo de praticamente todos os tipos de bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro se caracterizava pela pequena expansão da demanda” (PINTO, 2013, p. 61).

Nesse sentido,

Fazia-se necessário um aumento simultâneo, tanto da produtividade – nos limites de uma produção que não se baseasse na grande escala -, quanto da capacidade de se produzir pequenas quantidades de diversos modelos de produtos. A confluência dessas duas capacidades, até então tidas como praticamente antagônicas, foi sendo obtida na Toyota através de sucessivos ajustes, ensaios e adaptações de novos dispositivos, ocorridos ao longo do intervalo que foi de 1947 até o início da década de 1970 (PINTO, 2013, p. 62).

Para Holzmann (2011), o toyotismo se caracteriza como uma forma de organização e execução do trabalho onde a produção é feita de acordo com a demanda do mercado. Se no fordismo o que se tinha era uma produção baseada na manutenção de estoques, o que se tem no toyotismo é o inverso, pois se busca produzir as mercadorias no tempo certo e em quantidade limitada (Sistema *Just In Time*).

Acerca do *Just In Time*, Taiichi Ohno vai dizer que:

(...) em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento que são necessárias e somente na quantidade necessária. Uma empresa que estabeleça esse fluxo integralmente pode chegar ao estoque zero (OHNO, 1997, p. 26).

O *Just In Time* deve ser compreendido como uma forma de auxiliar no processo de gerenciamento da produção, diferenciando-se dos princípios fordistas que se baseavam primeiro na produção em massa de mercadorias, deixando para pensar depois na questão da distribuição e da venda. No toyotismo, através do sistema *Just In Time*, ocorre um processo inverso ao que acontecia no fordismo, pois a produção é através da demanda, ou seja, pensa-se primeiro na distribuição e na venda para em seguida ocorrer o processo de produção das mercadorias.

O nível de hierarquia é reduzido e o processo de produção é feito através de um sistema de comunicação visual onde se faz um registro e ao mesmo tempo informa-se cada setor da fábrica a quantidade de peças e matéria-prima necessárias para a montagem e produção de determinada mercadoria em um determinado espaço de tempo, o que dá origem ao *kanban*:

as mudanças no processo de valorização ocorrem tendo por base a reorganização do processo de trabalho, que, na verdade, é uma continuidade do taylorismo-fordismo, com alterações formais. O taylorismo centrava sua busca de aumento de extração de mais-valor relativo na organização do trabalho, no controle e gerência, e o fordismo no uso da tecnologia. O toyotismo, bem como modelos similares, focaliza os dois processos em conjunto. O sistema Toyota subordina o processo de produção à demanda do mercado (o método do *kan-ban*, inspirado nos supermercados norte-americanos), o que gera um processo de revezamento entre intensificação e não intensificação do trabalho, processo que tem como vantagens: não produzir em excesso; proporcionar descanso, o que faz os trabalhadores suportarem os momentos de extrema intensificação do trabalho. O trabalho em equipe e a pluri-especialização visa fazer com que o trabalhador invista suas energias físicas e mentais no processo de trabalho para aumentar a produtividade. O controle de qualidade é apenas uma nova roupagem da vigilância proposta por Taylor, agora realizada pelos próprios trabalhadores (embora não totalmente) (VIANA, 2009, p. 93).

A partir dessas considerações, podemos definir o toyotismo como um modo de execução e organização da produção, das fábricas e do trabalho operário que possui como características a descentralização; a utilização da tecnologia para o controle e vigilância dos trabalhadores; o sistema *Just In Time* (JIT) e a integração e manipulação das formas de consciência dos trabalhadores, ou seja, ao contrário do taylorismo e do fordismo que tinham como base o sistema *Just In Case* (JIC), é uma forma de organização do trabalho onde a produção de mercadorias não ocorre mais em massa, mas sim através da demanda por produto, demanda essa que não se trata de uma escolha individual, mas sim de um processo que envolve toda uma conjuntura social.

Não existe mais a figura do gerente rigoroso e mais capacitado que o trabalhador; agora se fala em colaborador e não mais em funcionário ou trabalhador; o trabalhador se torna polivalente, passando a realizar várias tarefas e em variadas funções:

(...) determinadas formas de controle sobre o trabalho passam a ser de responsabilidade do próprio trabalhador. O sistema de vigilância no trabalho incorpora os assalariados que passam a fiscalizar o trabalho dos outros membros da equipe. Portanto o controle, a vigilância e a fiscalização são, agora, de responsabilidade dos assalariados que são, por sua vez, pressionados pelos clientes, pela demanda do mercado. Esse novo sistema de controle é inovador à medida que impõe a vigilância do trabalho ao próprio conjunto dos trabalhadores (SANTOS, 2015, p. 124).

E continua dizendo que:

Portanto, reduz a hierarquia, à medida que elimina as chefias intermediárias, e intensifica o controle e a vigilância sobre o trabalho através do uso de meios eletrônicos e da utilização de mecanismos ideológicos de convencimentos característicos dos programas de gestão, da qualidade total e da remuneração variável (SANTOS, 2015, p. 124).

A partir disso, podemos notar algumas diferenças entre o fordismo e o toyotismo. No fordismo havia um processo de disciplina e vigilância dos trabalhadores através do controle rígido do tempo de trabalho e produção das mercadorias por meio do cronômetro e dos gerentes e chefes de turma dentro dos ambientes da fábrica. Além disso, tinha-se uma divisão rigorosa das atividades de trabalho através de quem executa e de quem manda ou pensa no processo de produção das mercadorias, o que configurava uma relação de hierarquia e burocratização dentro dos espaços de trabalho. No fordismo buscava-se combater as formas de resistência dos trabalhadores através da separação das atividades nos ambientes de trabalho ao maior grau possível fazendo com que o trabalhador fosse capaz de desenvolver apenas uma tarefa.

Já no toyotismo, substituíram-se as ordens pelas regras, ou seja, foi disseminada uma ideologia que fazia o trabalhador pensar que era parte importante da empresa; que era detentor do poder de avaliar e concordar ou discordar das opiniões de seus superiores, de seus subordinados ou de seus companheiros de função. O trabalhador passou a acreditar em um discurso no qual a empresa era vista como uma matriarca que deveria sempre ser defendida e idolatrada, mas na verdade ele ainda continuava a ser manipulado e vigiado, e além da parte racional (meios tecnológicos e informáticos), agora ele também era vítima de uma ideologia:

O modo de integração do processo de produção toyotista difere dos modelos anteriores, notadamente do fordismo, uma vez que está presente a junção do disciplinamento e da subordinação provenientes da inserção da força de trabalho nos interesses do capital. Em outras palavras, o toyotismo reforça a dominação e a subordinação do trabalhador a medida que transforma os objetivos diretos do capital em objetivos do próprio trabalhador. Nesse sentido, ao contrário do fordismo, ocorre a substituição da ordem pelas regras; da subordinação baseada na existência de ordens e obediência passa-se para a subordinação fundada em regras, objetivos e metas produtivas. Supera-se a administração tradicional fordista inaugurando a administração por estresse - management by stress (SANTOS, 2015, p. 128).

No toyotismo o trabalhador passa a desenvolver diversas atividades, o que faz com que ele fique impossibilitado de se tornar especialista em uma determinada função. Isso faz com que ele não tenha tempo para se aperfeiçoar e nem tempo para estudar ou se envolver com grupos e movimentos que critiquem as formas de exploração e dominação no ambiente de trabalho.

O que se tem no toyotismo é um desenvolvimento da tecnologia para além das máquinas e ferramentas que são utilizadas no processo de produção das mercadorias. Têm-se o surgimento e aprimoramento de tecnologias que auxiliam no processo de vigilância e controle dos operários sem a necessidade de um gerente ou supervisor presente o tempo todo ao lado deles para que executem as tarefas necessárias para o processo de produção das mercadorias:

na tentativa de estabelecer a vigilância e o controle sobre as atividades realizadas no interior das empresas, a gestão empresarial procura implantar medidas técnicas para impedir determinadas ações dos funcionários no ambiente de trabalho. Os meios eletrônicos dão à gestão das empresas informações precisas sobre a atividade do trabalhador durante o horário de trabalho. Estes mecanismos são, hoje, indissociáveis da administração das empresas. Todos os grupos empresariais possuem sistema de vigilância eletrônica que, na compreensão dos gestores, contribuem para gerir melhor a empresa e o trabalho (SANTOS, 2015, p. 62).

Nesse sentido, as empresas trabalham com várias tecnologias para que ocorra um processo “sutil” de vigilância dos operários dentro de seus ambientes de trabalho, o que envolve desde a instalação de programas de computador que registram e gravam tudo o que os trabalhadores acessam na internet enquanto trabalham até a utilização do mecanismo de registro de ponto eletrônico e também o sistema *Kanban* – o qual já citamos em linhas anteriores – que funciona como um método que serve para aumentar a eficiência da produção por meio de referências visuais (como no caso da utilização das luzes vermelha, amarela e verde nas linhas de produção) para que os trabalhadores saibam quais tarefas precisam ser feitas, quais estão sendo feitas e quais já foram concluídas.

O *Kanban* pode ser classificado como um método de autovigilância dos trabalhadores e do processo de produção da linha de montagem e dos demais locais de trabalho onde essa técnica é adotada, pois através das referências visuais, que funcionam no mesmo esquema de cores de um semáforo (vermelho para parar, amarelo para atenção e verde para seguir em frente) o próprio trabalhador é capaz de determinar o ritmo de sua produção. Ao mesmo tempo, esse método evita que o trabalhador fique ocioso dentro de seu ambiente de trabalho, pois se ele produz muito rápido visando economizar tempo ou terminar sua tarefa mais rápido para poder ir embora mais cedo, acende-se a luz vermelha

que indica que ele deve parar ou a luz amarela que indica que ele deve diminuir o seu ritmo e produzir as mercadorias no tempo certo de produção, ou seja, no tempo que é exigido pela linha de produção e por aqueles que a projetaram. Esse método serve como um mecanismo de controle do tempo dos trabalhadores, sem que se tenha um gerente ou supervisor correndo atrás de seus subordinados com um cronômetro ou relógio.

Outra técnica de vigilância e controle dos trabalhadores que pode ser vista como inovadora no toyotismo são os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs):

(...) os Círculos de Controle da Qualidade (...) constituem-se em um pequeno grupo de pessoas da mesma área de trabalho e nível hierárquico semelhante ou de diversas áreas e diferentes níveis hierárquicos que se reúnem voluntariamente e com certa regularidade de tempo para identificar, selecionar, analisar e recomendar possíveis soluções para problemas mormente de produção e, logicamente, de qualidade (HELOANI, 2003, p. 146).

O autor continua sua análise dizendo que:

Segundo os manuais de orientação, os CCQs têm por finalidade a melhoria da qualidade e o aumento dos níveis de motivação e satisfação, estimulando o trabalho em equipe. Todos os manuais, sem exceção, alertam-nos que a divulgação e a inscrição dos interessados deve ser espontânea e voluntária. Entretanto, na prática, isso nem sempre ocorre, o que não vem ao encontro dos princípios de seus idealizadores e contraria assertivas como: “ninguém é obrigado a participar ou ser deixado de lado”. No Brasil e também no Japão, os trabalhadores que não participam do CCQ (...) são geralmente vistos como improdutivos e tendem a permanecer estacionados, com poucas chances de ascensão na organização (HELOANI, 2003, p. 147).

Os Círculos de Controle da Qualidade são classificados como uma espécie de reunião onde trabalhadores de níveis hierárquicos semelhantes ou de todos os níveis hierárquicos – inclusive os gerentes e supervisores – se reúnem com o objetivo de selecionar, analisar e, se possível, solucionar os problemas que interferem na qualidade do processo de produção de mercadorias, o que inclui os conflitos e divergências entre um indivíduo e outro ou entre uma categoria de trabalhadores com os seus superiores hierárquicos.

Ao participarem de um CCQ, os operários parecem estar inseridos em um esquema onde eles podem colocar seus problemas e reclamações em um espaço onde supostamente todos são iguais, fazendo com que se pense em soluções para acabar ou pelo menos atenuar os conflitos e diferenças existentes. Isso acaba por despertar nos trabalhadores uma motivação e satisfação para o trabalho, sobretudo por acharem que estão sendo tratados como iguais por estarem fazendo parte de uma reunião onde se prioriza o trabalho em equipe e suas ideias podem ser utilizadas para o aumento do processo de produção e o melhor funcionamento da empresa.

De fato, os CCQs servem como mecanismo de participação dos trabalhadores no que se refere à descoberta dos problemas e conflitos existentes no ambiente de trabalho. Porém, essa participação é restringida até determinado ponto, pois esses Círculos de Controle da Qualidade são controlados pela administração geral da empresa e os trabalhadores que deles participam não tem poder de decisão e de autoridade, no sentido de dar a palavra final no que deve ser feito e aplicado ao processo de produção dentro da empresa.

Sendo assim,

Os CCQs obedecem a uma metodologia behaviorista, procurando, mediante estímulos e reforços, adaptar o trabalhador à empresa e levando a uma padronização no funcionamento desse instrumento gerencial e a uma racionalização das diversas subjetividades. A ideologia participacionista, inerente aos CCQs, detém-se ante os conflitos (...) e possui uma concepção meramente instrumental, valorizando a comunicação horizontal (objetiva ou afetiva) e o treinamento em dinâmica de grupo como forma de garantir um bom desenvolvimento das reuniões periódicas (HELOANI, 2003, p. 147).

Os Círculos de Controle da Qualidade são parte de um processo de controle e vigilância do trabalhador através de estímulos, reforços, motivação e desenvolvimento da participação. A partir da participação nos CCQs, os trabalhadores apresentam os conflitos que existem dentro da empresa e ao mesmo tempo participam de um treinamento ou dinâmica de grupo que é capaz de integrá-los às práticas, normas e valores da empresa. Além de possuir grande capacidade para mobilizar os trabalhadores a contribuírem para evitar conflitos que atrapalhem o processo de produção de mercadorias, auxiliam no processo de redução dos custos de produção e neutralizam a resistência dos trabalhadores tanto no âmbito individual, quanto no âmbito coletivo, pois acabam por “cooptar e envolver os funcionários com as necessidades do capital” (HELOANI, 2003, p. 147).

A partir dessas considerações, podemos afirmar que as empresas inseridas no regime de acumulação integral e no toyotismo, passaram a perceber que o investimento no processo de formação e treinamento dos trabalhadores poderia se transformar, também, em um mecanismo de controle e disciplinamento que garantiriam a aceitação da subordinação e da dominação dentro dos ambientes de trabalho.

Nesse sentido,

(...) o trabalhador é levado à identificação com a organização (processo transferencial), todas as relações pessoais e sociais são apropriadas de suas particularidades mais abstratas para se submeterem a outra gramática mais instrumental: a da produção e do lucro. É a “lógica” empresarial, naturalmente desconectada da subjetividade de cada operário, que exerce seu poder mediante contradições, isto é, põe lado a lado, de forma positiva e ambígua, “vantagens” e “restrições”. As primeiras são ostensivamente alardeadas num chamariz atrativo para cooptar todos os esforços do trabalhador: salários elevados,

promoções, benefícios e distinções (...) já as “restrições” têm uma formulação implícita no tocante às exigências constantes de subordinação e dedicação à empresa que o trabalhador deve ter (HELOANI, 2003, p. 108).

Heloani continua sua análise afirmando que:

Com o estudo dessas “restrições”, nas quais transparece a dimensão implícita do poder, pode-se compreender melhor a “manipulação do inconsciente”, praticada por algumas empresas. Com a excessiva competição e submetido à pressão contínua em seu trabalho, o indivíduo tende a depender cada vez mais da organização, num processo de fusão afetiva, que passa a reproduzir o paradigma maternal: como “protetora”, a empresa deve receber “fidelidade e competência” do trabalhador no exercício de suas funções - indução a uma economia de reciprocidades (HELOANI, 2003, p. 108).

No toyotismo, ao contrário do que se via no taylorismo, por exemplo, têm-se um perfil de trabalhador que não é mais visto como um “animal” que pode ser facilmente adestrado e que é treinado para exercer somente uma tarefa dentro do processo de trabalho e da produção de mercadorias, envolvendo exclusivamente o uso da força física ou da atividade manual.

Exige-se o perfil de um trabalhador que ao mesmo tempo em que seja competitivo, também deve saber trabalhar em equipe; um trabalhador que ao mesmo em que pensa no coletivo, também deve prezar pela individualidade na tomada de decisões; um trabalhador que ao mesmo em que obedece, também deve saber o momento de se impor e usar o argumento de autoridade (principalmente no caso dos gerentes); um trabalhador que ao mesmo tempo em que apresenta um perfil forte, sério e consistente, também deve saber o momento de ser persuasivo, sorridente e sedutor; um trabalhador que deve estar sempre adquirindo novos conhecimentos em campos variados para serem utilizados dentro da empresa na qual ele está inserido e, por fim, o trabalhador deve sempre saber que suas atividades serão manipuladas e orientadas – seja em nível físico ou em nível intelectual – a obedecer e executar os comandos e valores da empresa na qual ele está inserido.

O operário é levado a um processo de identificação com os valores da empresa, desenvolvendo relações sociais e pessoais que são retiradas de suas particularidades e passam a obedecer a seguinte lógica: a do lucro. Tudo isso é feito através de um mecanismo que envolve tanto “benefícios”, quanto restrições. Os benefícios são aqueles que envolvem o aumento de salário, as promoções e, conseqüentemente a chance de ascender socialmente. Já as restrições envolvem a estagnação dentro da empresa, o não aumento dos salários e, na pior das hipóteses, a demissão do operário.

Portanto, no regime de acumulação integral,

(...) o que se busca é concretizar uma acumulação *integral*, simultaneamente *intensiva* e *extensiva* através da extensão do processo de mercantilização das relações sociais e da busca de ampliação do mercado consumidor, mesmo que esta busca se caracterize, em parte, pela produção personalizada, e também pelo aumento da intensificação e da exploração da força de trabalho (VIANA, 2015, p. 137).

Não existe flexibilização dos processos de trabalho e nem um relaxamento na disciplina fabril dos trabalhadores; o termo flexível é apenas mais uma tentativa da burguesia e das demais classes superiores de esconder o verdadeiro sentido do processo de superexploração sofrido pela classe operária e as demais classes inferiores. O que se tem hoje é um processo de acumulação integral muito maior e mais bem articulado de extração de mais-valor absoluto e relativo dos trabalhadores, ou seja, um conjunto de discursos, ideias, equipamentos, materiais, leis e códigos que propiciam a burguesia uma grande facilidade para exercer o processo de exploração. A acumulação integral engloba a esfera política, econômica e social do trabalhador, ela toma conta da cultura e se coloca a serviço dos interesses do capital (VIANA, 2009; 2015).

A partir das relações de trabalho praticadas dentro do regime de acumulação integral, têm-se um aumento da precarização e da intensificação do trabalho. A precarização do trabalho é um fenômeno que deteriora as condições de trabalho (contratação, jornada de trabalho, funções exercidas durante o expediente de trabalho, acúmulo de atividades, realização de atividades da empresa no ambiente familiar) e que é responsável por processos de terceirização e de mudanças no processo de produção de mercadorias.

A precarização não é um fenômeno que atinge apenas o ambiente de trabalho e as relações que os operários desenvolvem segundo sua função dentro de uma determinada empresa. A precarização também é algo social, e as relações sociais desenvolvidas pelos trabalhadores (amizade, coletivismo, compreensão, cooperação, paciência, prática de consumo e de lazer) também são atingidas por esse fenômeno. Consequentemente, as formas de consciência dos trabalhadores também são transformadas e manipuladas segundo os interesses da burguesia e das demais classes superiores:

o processo de precarização do trabalho, que é, do mesmo modo e em medida ampliada, precarização da vida social (e pessoal), expressa, em si, a contradição crucial entre a perspectiva possível de uma sociedade do não-trabalho (no sentido de *tripalium*), ou seja, o homem emancipado do sofrimento do labor por conta do desenvolvimento da produtividade do trabalho social; e o sofrimento do desemprego provocado pela potencialização desta mesma determinação, por esta ocorrer no interior da sociedade do capital (ALVES, 2006, p. 35 - 36).

Diferentemente da precarização, a intensificação do trabalho não está associada apenas aos aspectos legais das relações trabalhistas – carteira assinada; seguridade social; décimo terceiro salário e férias remuneradas. Compreender o trabalho através da intensificação é ir além desses aspectos – que continuam sendo de suma importância para compreender as relações sociais de trabalho no capitalismo – associando-os a incorporação e exploração das capacidades físicas, cognitivas e psicológicas dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção.

O fenômeno da intensificação pode ser identificado através dos seguintes aspectos: o alongamento da jornada de trabalho, o ritmo e a velocidade, o acúmulo de atividades, a polivalência, versatilidade e flexibilidade e a gestão por resultados (DAL ROSSO, 2008).

Todas essas mudanças que tinham como objetivo, mais uma vez, combater a queda na taxa de lucro médio e auxiliar o modo de produção capitalista a retomar a acumulação ampliada de capital não podiam ser feitas sob o jugo de um Estado integracionista. É a partir da necessidade dessas mudanças que surge o Estado neoliberal:

O estado neoliberal é um complemento necessário para a luta pelo aumento da extração de mais-valor. A desregulamentação das relações de trabalho, o fim da política social de “pleno emprego”, entre outras, são ações estatais que atingem diretamente o processo de valorização. Além disso, a redução dos gastos estatais e o “livre mercado” buscam proporcionar uma política estatal favorável à retomada da acumulação capitalista, bem como a nova política fiscal e internacional (VIANA, 2015, p. 138).

No regime de acumulação integral, os trabalhadores perdem muitos dos seus direitos que foram conquistados no regime de acumulação conjugado e que eram amparados pelas políticas sociais integracionistas. Ocorre um enfraquecimento nos direitos sociais, na fiscalização das condições de trabalho e também surge um aprofundamento do imperialismo, através da onda transnacional que passou a deslocar “seus investimentos para locais onde a força de trabalho é mais barata, através da criação de nichos exclusivos de mercado consumidor, onde aumenta a tendência competitiva no interior do bloco de países imperialistas” (VIANA, 2009, p. 96).

Para além dessa perda de direitos sociais e do relaxamento na fiscalização das condições de trabalho, houve uma mudança no que se refere às condições de contratação e de geração de novos empregos.

O neoliberalismo, que tem como uma de suas principais políticas a defesa de um estado que interfira cada vez menos na economia e nas relações de trabalho, o que acaba por desembocar em um discurso que sustente a ideia de mínima ou de nenhuma

seguridade social para os trabalhadores, abriu espaço para uma série de reformas e projetos que atacam de maneira direta a classe operária e as demais classes inferiores.

O neoliberalismo e suas formas políticas possibilitam o avanço de projetos que atacam diretamente a classe operária, como é o caso, por exemplo, da terceirização e da privatização de empresas, o que faz com que muitos indivíduos acabem perdendo seus empregos e se insiram cada vez mais em relações de trabalho informais e precárias.

Acumulação e lazer: a apropriação capitalista do tempo livre

As relações sociais desenvolvidas no modo de produção capitalista na era da acumulação integral, como fora demonstrado acima, apontam para a burocratização e a mercantilização das relações sociais, além de um aprofundamento da precarização e da intensificação do trabalho.

Apesar de todas essas mudanças, que são responsáveis por um ataque direto aos direitos e conquistas da classe operária, as atividades de lazer, que antes eram vistas como uma prática negativa e sinônimo de mau uso do tempo, transformam-se em um mecanismo de obtenção de lucro por parte de determinados setores do capital. Nesse sentido, nessa era, onde se tem um ataque direto aos direitos e conquistas da classe operária e das demais classes inferiores, como fica a questão do lazer?

Segundo Viana,

é a partir dos anos 1980 que o capitalismo neoliberal e o processo de hipermercantilização avançam, como a mercantilização crescente e intensificada da cultura, informática etc. O lazer também é afetado nesse processo. Novas formas de lazer corriqueiro aparecem além do rádio e televisão: videogames, computadores, internet, celulares etc. É o momento de surgimento dos *Shopping Centers*, que unificam no mesmo espaço (gerando “comodidade” que estava esgotada nos grandes centros urbanos e suas dificuldades de estacionamento, trânsito, distância entre as lojas, locais de lazer etc.) o processo de consumo e lazer (VIANA, 2018, p. 94).

O autor continua sua análise dizendo o seguinte:

nesse contexto histórico, também emergem formas sofisticadas e personalizadas de lazer. Os aparelhos de televisão vão ganhando maior qualidade de imagem, novos atributos (que passou pelos videocassetes até chegar ao DVD e à fusão com a internet, ganhando interatividade), bem como uma hipermercantilização da cultura, tal como se observa na produção de cultura descartável no campo musical e artístico em geral. A constituição de megashows, grandes eventos esportivos etc. e ampliação do turismo e de suas possibilidades, são outros elementos presentes nesse processo. A tecnologia, assim como a cultura, se torna cada vez mais descartável (computadores sempre tornados obsoletos, bem como celulares etc.) e meio para consumação do lazer. Esse é o caso dos computadores, que servem para o trabalho, mas também através dos jogos, músicas etc. servem ao lazer e com a internet passou a ampliar essas possibilidades e torná-las mais atrativas e socializadas. Os celulares, por sua vez, deixaram de ser apenas telefones e passaram a integrar

jogos, música, redes sociais, entre inúmeros outros elementos, também ampliados com o acesso à internet através deles, se tornando outro meio de consumação do lazer (VIANA, 2018, p. 94 – 95).

No regime de acumulação integral, a partir dos anos 80, ocorre um processo de hipermercantilização do lazer. A tecnologia se desenvolve de maneira cada vez mais acelerada e isso interfere diretamente nas relações sociais e práticas desenvolvidas pelos indivíduos em seu cotidiano na sociedade capitalista.

Uma das principais práticas ou atividades que sofreram um maior impacto e transformação no regime de acumulação integral por conta do seu acelerado processo de desenvolvimento tecnológico foi o lazer. Além do rádio e da televisão, que agora podem ser adquiridos nas suas mais diversas formas, tamanhos e modelos, surge à internet, que em pouco tempo se populariza.

A televisão, que antes se diferenciava de um modelo para o outro apenas pelo seu tamanho ou por ser colorida ou não, agora ganha outros atributos ou atrativos. Hoje já existem aparelhos que vem com a possibilidade de imagem de 3D (terceira dimensão); acesso a internet etc. Da mesma maneira, o rádio também se transformou, interferindo de maneira direta na venda, distribuição e difusão de produtos ligados a música. Antes, os rádios eram aparelhos grandes e pesados que mal podiam ser carregados de um cômodo para o outro de uma residência e, além disso, era necessário o uso de antena para que se pudesse captar o sinal de uma estação de rádio para que se pudesse ter acesso aos programas e músicas.

Hoje em dia, ainda existem esses aparelhos de som e as estações de rádio, mas os mesmos não são mais os únicos. Com o desenvolvimento tecnológico e o próprio avanço do capital comunicacional, surgiram os rádios portáteis, os CDs, os *pendrives* e os aparelhos de som, popularmente chamados de “Toca CDs”, que são instalados ou já vem instalados nos veículos de fábrica através de sua central de multimídia, bem como os próprios aplicativos de diversas rádios que também transmitem sua programação pela internet.

Com isso, fica mais fácil “vender” ou divulgar um determinado setor ou ritmo musical e potencializar o sucesso dos artistas que produzem ou cantam músicas desse ritmo etc. Atualmente, podemos citar como exemplo o sertanejo universitário, o funk e, em algumas de suas vertentes, o samba e o axé. Através de toda essa divulgação, existe um mercado e um grupo de indivíduos que fazem parte de setores da burguesia ou de suas classes auxiliares e atuam no campo do capital comunicacional e ganham muito dinheiro com seus “produtos”.

Além do rádio e da TV enquanto mecanismos de reprodução do capital comunicacional – o que provoca um processo de mercantilização cada vez maior da cultura – a produção de grandes eventos também gera lucro para aqueles que atuam e trabalham com o capital comunicacional. Todos os anos, são centenas de festivais, shows e festas que movimentam muito dinheiro e os interesses de várias empresas e investidores. Como exemplo disso no Brasil, podemos citar o carnaval do Rio de Janeiro e o carnaval de Salvador – onde se apresentam grandes músicos e artistas ligados aos ritmos musicais do samba e do axé – e os festivais de música sertaneja como *Caldas Country Show*, o *Villa Mix Festival* e a *Festa do Peão de Barretos* – onde se apresentam as maiores atrações do Brasil e do mundo ligadas à música sertaneja, sobretudo ao chamado sertanejo universitário, que tem em suas letras a reprodução das relações sociais e os valores da juventude que faz parte da classe burguesa e das demais classes superiores que compõem a sociedade capitalista em épocas de acumulação integral.

Esse processo não está ligado somente ao sertanejo, ao funk, ao samba e ao axé. Até mesmo os ritmos musicais que compõem o popularmente chamado setor “*underground*” como o *Rock and Roll* e suas vertentes (*Metal, Punk, Hard Core, Emo Core* etc.), são inseridos no mercado e acabam sendo apropriados pelo capital comunicacional. Como exemplo disso no Brasil, podemos citar grandes festivais ligados a esses ritmos musicais, como o *Rock in Rio* e o *Lollapalooza*, que tem apresentações de bandas de *Rock and Roll* mundialmente conhecidas.

Evidentemente que não se pode generalizar e mesmo com as dificuldades, ainda existem bandas de *Punk Rock* e *Hard Core* que produzem letras e músicas que contribuem com a luta cultural através do seu discurso contestador mesmo estando vinculadas a uma gravadora ou selo musical – pois é preciso que elas vendam sua música e os produtos advindos dela para poderem sobreviver.

O surgimento dos computadores e dos celulares, além da popularização da internet, também contribui para o processo de hipermercantilização do lazer na sociedade capitalista em tempos de acumulação integral. Os computadores, que antes só podiam ser colocados e utilizados no ambiente domiciliar ou de uma empresa, sendo conhecidos popularmente como “computadores de mesa”, apesar de ainda não terem sido substituídos, tem tido uma disputa “desonesta” com os chamados *laptops* ou computadores portáteis, que podem ser carregados para qualquer lugar e de lá, caso se tenha uma rede disponível ou um pacote de dados, pode-se acessar a internet.

Um celular, que antes era um instrumento que servia exclusivamente para se fazer ligações, hoje se transformou em ferramenta de trabalho e entretenimento. Através de celulares e computadores, pode-se acessar a internet e ter acesso a uma série de conteúdos, dos mais variados tipos e para todas as idades, que vão desde as músicas, até os filmes, shows e séries.

Na internet, por conta da facilidade de acesso por todos os indivíduos¹, uma série de aplicativos e programas tem sido desenvolvidos para fomentar o capital comunicacional e a sua infinidade de mercadorias e serviços. As redes sociais como o *Instagram*, o *Facebook*, o *Whatsapp* e o *Youtube*, se transformaram em verdadeiras ferramentas de obtenção de lucro por aqueles que investem no capital comunicacional. Através dessas ferramentas e dos chamados anúncios pagos, é possível se potencializar as visualizações de um determinado produto, de uma música ou de um artista.

No regime de acumulação integral, a competição, o individualismo e a violência aumentam e avançam sobre a consciência dos indivíduos, sobretudo daqueles que fazem parte da classe operária e das demais classes inferiores presentes na sociedade capitalista. E é justamente por isso que essas atividades de lazer ligadas ao uso da internet, dos computadores e da televisão tem sido cada vez mais comum. Operários sujeitos a atividades de trabalho cada vez mais desgastantes e penosas que os levam ao limite do esgotamento físico e mental acabam procurando por atividades de lazer que podem ser classificadas como passivas, ou seja, assistir a TV, ler um livro, jogar alguma partida de videogame ou assistir a uma partida de futebol:

Entre as mudanças sociais desenvolvidas a partir do regime de acumulação integral, temos o avanço do individualismo, a intensificação da violência e da competição. (...) Os trabalhadores são transformados em produtores independentes, responsáveis pela manutenção de sua qualificação profissional, bem como responsáveis pelo seu fracasso em conseguir assumir um posto de trabalho bem remunerado, a despeito da inexistência de vagas para todos. Com o advento do Estado neoliberal começa a se criar e aprofundar uma disparidade entre os investimentos públicos e privados em cultura. Inicia-se o processo de sucateamento dos espaços públicos de lazer. O Estado não se vê mais obrigado a fomentar práticas de lazer (ORIO, 2018, p. 79).

¹Por mais que a internet, o rádio, a televisão e o computador sejam ferramentas e produtos que praticamente todas as pessoas possuem, isso não quer dizer que eles sejam os mesmos e tenham a mesma configuração. Cada indivíduo adquire um desses produtos de acordo com o poder aquisitivo que ele possui, o que faz com que os indivíduos pertencentes à classe burguesa e as demais classes superiores possuam uma internet mais rápida, uma TV com mais recursos, um som mais potente e um computador ou *laptop* de última geração. Quanto mais se gasta, mais se tem acesso aos produtos de última geração e, como nós bem sabemos, os indivíduos da classe operária e das demais classes inferiores possuem poucos recursos. Mais uma vez, pode-se perceber que a divisão entre as classes sociais também se expressa no lazer.

Além disso, com o Estado neoliberal, a disparidade entre o investimento público e o investimento privado no que se refere às atividades de cultura, reflete de maneira direta nos espaços públicos de lazer. Uma caminhada simples pelas ruas do centro de uma cidade como Goiânia ou São Paulo retrata bem esse cenário. Parques, quadras de esportes, centros culturais, museus e praças cada vez mais deteriorados, mal iluminados e muitas vezes abandonados. Se estendermos nossa caminhada pelas periferias, veremos que esses locais de uso conjunto para prática do lazer sequer existem.

E quem lucra com isso é o mercado imobiliário, que sempre anuncia nas propagandas de seus empreendimentos que os mesmos já contam com espaço privado de lazer, além de total segurança e conforto para seus moradores. Existe ainda o *Shopping Center* que, como já fora muito bem explicitado por Padilha (2012), se configura como uma verdadeira catedral das mercadorias, onde se pode encontrar uma série de produtos dos mais variados tipos e gostos em um mesmo espaço, além de estacionamento amplo, praça de alimentação, brinquedoteca, dentre outros mecanismos e ferramentas que trazem comodidade e fazem com que o indivíduo fuja e esqueça um pouco do caos que existe lá fora, dos conflitos e da violência que configuram o cotidiano das ruas de uma grande cidade.

Sendo assim,

(...) O lazer é um valor de troca e valor de uso, pois deve ser comprado e consumido, pois outros o vendem e lucram com isso. A mercantilização do lazer é inseparável de sua burocratização e, por conseguinte, do seu controle. E se os indivíduos já se encontravam controlados em seu trabalho, paratrabalho e obrigações sociais, agora mais um momento de sua vida passa a sofrer um controle externo. A *práxis* é reduzida a quase nada, sendo que em muitos casos se torna inexistente, e resta apenas o sono para ser mercantilizado e burocratizado, ou seja, algo controlado e lucrativo para o capital, o que já vem sendo tematizado em filmes de ficção científica (VIANA, 2018, p. 95).

O autor continua sua análise dizendo que:

(...) o indivíduo na sociedade contemporânea é cada vez mais controlado e o tempo todo. Isso gera uma insatisfação intensa e mais-repressão, que gera a tendência para a expansão da agressividade e da violência. Psicicamente, a sombra (energia destrutiva) aumenta e tornam os indivíduos cada vez mais destrutivos, o que pode ser visto nas redes sociais, produto do desenvolvimento tecnológico que permite agora ver o grau de agressividade e destrutividade dos indivíduos, bem como sua socialização e potencial concentração. A emergência de multidões enfurecidas sem projeto e objetivo, sem combater o que lhe causa a insatisfação, é algo tendencial, pois cada vez aumenta mais o controle e o descontentamento, e cada vez menos ocorre formação intelectual significativa e *práxis*. A autodestrutividade se insere no mesmo contexto, o que se manifesta através dos desequilíbrios psíquicos, doenças psicossomáticas, depressão, excesso de ansiedade etc. É por isso que alguns psicanalistas tematizam “a luta contra o vazio” (ROJAS, 1996), pois uma sociedade de controle total da vida, incluindo o lazer, é uma produtora de perda de sentido e esvaziamento psíquico, gerando a sua negação destrutiva, o que pode variar

é se a destrutividade será voltada para outros ou para si mesmo (VIANA, 2018, p. 96 – 97).

O lazer, na era da acumulação integral, ou seja, na contemporaneidade, se transforma em um valor de uso e em um valor de troca, pois o mesmo deve ser comprado e consumido. Em conjunto com esse processo que acaba gerando uma hipermercantilização, vem à burocratização, que posteriormente acaba por transformar o lazer em um mecanismo de controle social. O indivíduo, principalmente aquele que compõe a classe operária ou alguma classe inferior na sociedade capitalista, que já sofria com o processo de controle social em seu ambiente de trabalho e nas suas atividades obrigatórias, agora também vê esse controle se estender para as suas atividades de lazer:

Assim, a reprodução ampliada do mercado consumidor na era do regime de acumulação de capital gera nichos de mercado, antes não tão explorados (por exemplo, a produção de mercadorias para atender as necessidades, na verdade criar tais necessidades, para homossexuais, “afro-descendentes”, animais, ecologistas, torcedores de futebol etc.). Se um grande nicho de mercado durante o regime de acumulação intensivo-extensivo foi a juventude, hoje nós temos a ampliação e a diversificação desse mercado consumidor. O novo regime de acumulação transforma até mesmo cães, gatos, hamsters, peixes e aves em consumidores. Claro que animais não entendem a lógica mercantil e nem possuem o vil metal para adquirir tais meios de consumo, mas seus donos passam a ser vítimas da coleira do consumismo. Primeiro se consome o animal, uma mercadoria que se compra no mercado, e depois passa a reproduzir o consumo de forma ampliada, ao comprar mercadorias – produtos para os animais – para outras mercadorias – os animais que foram comprados. Assim como o comprador é uma mercadoria que traz a necessidade de outras mercadorias (“suprimentos”), o mesmo acontece com o animal e o carro, para ficar em poucos exemplos (VIANA, 2009, p. 166).

Na contemporaneidade, tudo passa ser mercantilizado e burocratizado. Com isso, tem-se um processo de insatisfação intensa que acaba por desenvolver uma tendência para a agressividade e a violência. A reprodução ampliada do capital é responsável pela criação de uma série de nichos de mercado que em épocas anteriores não eram tão explorados. A obsolescência planejada é uma prática comum e os produtos e mercadorias, principalmente os eletrodomésticos e demais produtos eletrônicos, como os computadores, celulares, *tablets* e videogames, tem sua durabilidade cada vez mais reduzida e já saem das fábricas com um tempo de vida programado. Isso sem falar nas “atualizações” que tornam os aparelhos rapidamente obsoletos, criando a necessidade de troca dos mesmos com frequência.

A ideologia pós-estruturalista, com seu discurso identitarista e de “representação” das “minorias”, que transfere a luta para o campo individual e acaba por acobertar o processo de divisão entre as classes sociais, contribui com o processo de burocratização e de mercantilização do lazer ao fomentar o “direito” de acesso ao mercado consumidor

por parte dessas “minorias”, criando necessidades artificiais para membros do movimento LGBTQIA+, do movimento negro, do movimento feminino, do movimento ecológico, dentre outros. Isso favorece o crescimento do capital comunicacional (VIANA, 2020) e do capital recreativo (ORIO, 2019), o que conseqüentemente aumenta ainda mais o processo de controle social e a vigilância do capital sobre os indivíduos, sobretudo daqueles que fazem parte da classe operária e das demais classes inferiores.

E em meio a tudo isso, a *práxis*, no sentido de se compreender uma determinada realidade para depois transformá-la, torna-se cada vez mais reduzida ou, em alguns casos e momentos, deixa até de existir. É por isso que hoje vivemos em uma sociedade doente, onde a depressão, o suicídio, a ansiedade e as demais enfermidades que afetam o psicológico, tornam-se cada vez mais comuns, o que acaba sendo um “prato cheio” para o capital farmacêutico e seus remédios “milagrosos” que nos fazem suportar a pressão de se viver em uma sociedade que oblitera as nossas potencialidades.

Considerações finais

O regime de acumulação integral e as partes que o constituem, sobretudo o toyotismo e o Estado neoliberal, trouxeram mudanças significativas no que se refere ao processo de produção de mercadorias, ao desenvolvimento tecnológico e a regularização das relações sociais. Apesar dessas mudanças terem transformado alguns paradigmas existentes tanto no taylorismo quanto no fordismo – sobretudo no que se refere aos processos de vigilância e disciplinamento dos operários que eram feitos sob a supervisão rigorosa de gerentes, supervisores, cronômetros e contadores de tempo e ao processo de produção de mercadorias que era feito a partir do estoque e não da demanda pelos produtos – não é correto afirmar que o regime de acumulação integral rompeu com os regimes de acumulação que o antecederam.

Tal regime de acumulação pode ser visto como uma forma de rompimento com os regimes de acumulação que o antecederam, bem como com o modo de produção capitalista que os gerou, se tivesse sido responsável por uma transformação radical na qual o modo de produção capitalista e suas relações sociais seriam abolidas, dando lugar a uma nova forma de sociedade onde não haveria mais a divisão entre as classes sociais e nem trabalho alienado.

O que o regime de acumulação integral fez e ainda faz - pois até o presente momento o mesmo não foi superado - é aprofundar o processo de exploração e dominação

da burguesia sobre a classe operária e as demais classes inferiores, além de uma expansão do capital por meio do neoimperialismo, o que teve consequências diretas sobre o lazer.

Referências

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquiria (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19 – 49.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais Trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HELOANI, Roberto. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOLZMANN, Lorena. Toyotismo. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2ªed. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 426-432.
- OHNO, Taiichi. *O sistema toyota de produção: Além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- ORIO, Mateus Vieira. *Capital Recreativo: a apropriação capitalista do lazer*. Curitiba: CRV, 2019.
- ORIO, Mateus Vieira. Lazer e Regimes de Acumulação: o desenvolvimento do lazer no modo de produção capitalista. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; ALMEIDA, Felipe Mateus de (Orgs.). *Lazer, Trabalho e Consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais*. Curitiba: CRV, 2018, p. 61 – 84.
- PADILHA, Valquiria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Cleito Pereira dos. *Trabalho, tecnologia, controle e disciplina no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. A mercantilização do lazer. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; ALMEIDA, Felipe Mateus de (Orgs.). *Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais*. Curitiba: CRV, 2018, p. 85 – 99.
- VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Teses sobre o capital comunicacional*. Goiânia: Enfrentamento, 2020.

Resumo: O modo de produção capitalista passou por várias transformações no decorrer de sua existência através da sucessão dos seus regimes de acumulação. Atualmente, o capitalismo encontra-se sobre o período de acumulação integral, o que conseqüentemente o levou a uma série de mudanças em suas relações sociais. Nesse artigo, trazemos uma análise sobre como essas mudanças interferiram no trabalho e no lazer.

Palavras-chave: Trabalho, lazer, capitalismo, acumulação integral.

Resumen: El modo de producción capitalista ha sufrido varias transformaciones en el curso de su existencia a través de la sucesión de sus regímenes de acumulación. Actualmente, el capitalismo se encuentra en el período de acumulación integral, lo que conseqüentemente condujo a una serie de cambios en sus relaciones sociales. En este artículo traemos un análisis de cómo estos cambios interfirieron en el trabajo y el ocio.

Palabras-clave: Trabajo, ocio, capitalismo, acumulación integral.

* Recebido em: 05/10/2022

* Aceito em: 16/11/2022